

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO DO PARANÁ
COMISSÃO DE EXAME DE ORDEM

EXAME DE ORDEM
PROVA PRÁTICO – PROFISSIONAL
DIREITO DO TRABALHO E PROCESSO DO TRABALHO
18/09/2005

ATENÇÃO: LEIA ANTES DE INICIAR A PROVA

Conforme o item 4.17.3 do Edital nº 2/2005, somente poderão ser consultados os códigos, livros de doutrina e de jurisprudência, **SENDO VEDADA** a utilização de códigos, livros, apostilas, cadernos, folhas, formulários e similares que contenham rabiscos, anotações, minutas, modelos e afins. O candidato que utilizar qualquer dos itens proibidos terá sua prova recolhida e estará automaticamente **ELIMINADO** do Exame.

NÃO TRANSCREVA para as folhas de respostas o enunciado das questões.

Assine **SOMENTE** no espaço abaixo reservado.

Conforme o item 4.15 do Edital nº 2/2005, a **PROVA SERÁ ANULADA** caso contenha assinatura, rubrica, traço, risco tortuoso ou qualquer outra forma de identificação.

Conforme o item 4.15 do Edital nº 2/2005, a **PROVA SERÁ ANULADA** caso contenha qualquer nome, qualificação, números, endereços e outros elementos diferentes daqueles expressamente indicados nos enunciados da peça processual e das questões práticas.

DURAÇÃO DA PROVA: 5 (CINCO) HORAS

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

NOME

ASSINATURA

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO DO PARANÁ
COMISSÃO DE EXAME DE ORDEM

EXAME DE ORDEM
PROVA PRÁTICO – PROFISSIONAL
DIREITO DO TRABALHO E PROCESSO DO TRABALHO
18/09/2005

QUADRO DE NOTAS

Atenção: Será desconsiderada qualquer nota lançada fora deste quadro.							
QUESTÃO	VALOR	NOTA (1)	CORRETOR (1)	NOTA (2)	CORRETOR (2)	NOTA (3)	CORRETOR (3)
PEÇA PROCESSUAL	6,0						
2.1	1,0						
2.2	1,0						
2.3	1,0						
2.4	1,0						
SOMA	10,0						

1. PEÇA PROCESSUAL

Tomi Lee Gando, brasileiro, casado, técnico eletricista, portador de CTPS nº 01010, série 010, inscrito no PIS sob nº 010.010.010-10 e no CPF/MF sob nº 111.111.111-11, residente e domiciliado na Rua das Luzes, nº 20, Curitiba/PR, CEP 80.111-111, procura-o em seu escritório de advocacia, pretendendo ingressar com Ação Judicial para receber direitos que entende sonegados por seu empregador L&VE Choque Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 001.001.001/0001-01, com sede na Avenida das Araucárias, nº 222, Curitiba/PR, CEP 80.222-222, narrando ter sido contratado em 01.02.2001, para trabalhar como técnico eletricista na sede da empresa empregadora, entregando-lhe neste momento o contrato de trabalho assinado. Recebe salário mensal atual de R\$ 800,00, constante dos recibos salariais que lhe são entregues neste momento. Além do salário constante dos contra-cheques, Tomi recebia ainda R\$ 200,00 mensais, pagos extra-folha, os quais nunca foram considerados no cômputo dos demais direitos trabalhistas.

Esclarece que cumpria jornada de trabalho variada, trabalhando seis dias da semana e usufruindo uma folga semanal, conforme escala. Os horários de trabalho eram semanalmente alternados, de forma que em uma semana trabalhava das 7h20 às 15h20, na outra das 15h20 às 23h10, e em outra das 23h10 às 6h20, sempre com 40 minutos de intervalo intrajornada. Sabe que nos últimos dois anos havia um acordo coletivo que autorizava a redução do intervalo para refeição. Além destes horários, durante os cinco últimos dias de cada mês, Tomi realizava duas horas suplementares por dia, para dar conta do excesso de serviço havido nesta época. Permanecia ainda, uma vez por semana, em plantão de doze horas em sua residência, aguardando ser chamado para trabalhar, caso ocorresse alguma pane elétrica na empresa. Apesar destes horários de trabalho, nunca recebeu horas extras ou quaisquer outros valores que não fossem o salário fixo de R\$ 800,00 e o valor extra-folha de R\$ 200,00. Enquanto técnico eletricista, Tomi efetuava a instalação, conservação e reparos em fusíveis e condutores, armava e desarmava chaves no quadro de força elétrica da empresa, realizando manutenção no interior da cabine de distribuição de alta voltagem com rede energizada. Por fim, Tomi conta que desde o mês de maio/2005 não recebe salários, bem como sabe que o FGTS não tem sido mais depositado, apresentando-lhe o extrato de sua conta vinculada, cujo último depósito foi no mês de abril/2005.

Em razão dos atrasos nos salários, Tomi tornou-se inadimplente no pagamento das mensalidades escolares, vendo-se obrigado a retirar seu único filho do colégio particular em que estudava, sendo que esta situação está lhe causando profunda humilhação perante seus familiares e colegas, pretendendo, por isto, ser indenizado em valor a ser fixado pelo juiz. Tomi lhe informa que seu contrato de trabalho ainda está em vigor, mas não possui mais condições de continuar trabalhando. Contudo, Tomi não quer pedir demissão, pois entende injusta a situação. Ante as dificuldades financeiras em que se encontra, Tomi esclarece que não possui condições de arcar com quaisquer despesas nesta ação que pretende ajuizar.

Diante do exposto, elabore, na qualidade de advogado, a peça processual cabível para salvaguardar os direitos de seu cliente, observando todos os requisitos necessários previstos no ordenamento jurídico, indicando ainda a fundamentação legal para seus pedidos. Para tanto, considere inexistente Comissão de Conciliação Prévia da categoria, como comprova declaração fornecida pelo sindicato, que lhe é entregue neste momento. A causa terá como valor R\$ 15.000,00. Seu cliente lhe entrega procuração *ad judicium* assinada neste momento e declaração de que não se encontra em condições de arcar com as despesas da demanda sem prejuízo do seu próprio sustento. Considere-se como advogado credenciado ao sindicato profissional da categoria do reclamante, anexando à peça a cópia do termo de credenciamento.

Observações: **1.** A apresentação de peça que não atenda aos interesses do cliente, ou seja, processualmente inadequada, receberá nota zero (0); **2.** As exigências não se limitam ao simples deferimento da petição, ou seja, à possibilidade da peça processual ser admitida em um Juízo real. O exercício destina-se à demonstração do tirocínio jurídico necessário ao desempenho profissional. Não se trata de simples petição adequada aos ditames da Lei, mas de demonstração de domínio da técnica elementar de redação forense pelo candidato e coerente com a situação proposta. **3.** A utilização de qualquer outro nome (seja do Advogado, seja dos personagens), OAB, endereço, cidade, ou outros, e ainda o uso de qualquer outro sinal ou denominação será considerada como identificação de prova.

ATENÇÃO: Não identifique a prova. Se achar necessário, use o nome fictício Fazendo Justiça, OAB/PR 100.000, com escritório profissional na Rua da Paz, nº 11.111, Centro, Curitiba/PR, CEP 80.000-000.

2. QUESTÕES PRÁTICAS

(todas as respostas devem ser fundamentadas e justificadas)

Questão nº 2.1:

Você é procurado em seu escritório de advocacia por um empresário do ramo do comércio que afirma necessitar de informações e sugestões a respeito do procedimento a ser adotado em seu estabelecimento comercial. Diz o empresário que recentemente instalou uma filial de seu empreendimento, tendo designado como Gerente um empregado mais antigo e experiente, que passou a receber uma gratificação mensal de mais da metade do salário anterior. Poucos meses depois de ter sido promovido, o referido empregado sofreu um acidente quando se dirigia para sua casa, minutos depois de encerrado o expediente, tendo ficado afastado do trabalho percebendo benefício previdenciário por dois meses. Na ocasião do acidente o Sindicato dos Empregados emitiu a Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT, que foi posteriormente ratificada pelo empregador. Depois que retornou ao trabalho, em 15.07.2005, o empregado se mostrou incapaz de continuar a gerenciar a loja, mostrando desinteresse e passando a exigir que o empregador lhe pagasse as horas extras que afirma ter trabalhado na nova loja, visto que cumpria jornada de segunda-feira a sexta-feira das 09h00 às 13h00 e das 14h00 às 18h45min, horário este ajustado com o sindicato obreiro mediante acordo coletivo. O empresário lhe indaga: **a)** Existe algum impedimento legal para que esse empregado seja dispensado? **b)** Considerando que o contrato de trabalho vigorou no período de 01.01.2005 a 16.09.2005, em caso de efetivo desligamento por iniciativa do empregador, quais as verbas seriam devidas ao trabalhador em decorrência da rescisão contratual? **c)** Caso o empregador decida pela manutenção do vínculo empregatício com o trabalhador, o mesmo pode voltar para a função de vendedor e deixar de receber a gratificação de função? **d)** O empregado tem direito de receber as horas extras que pleiteia?

Questão nº 2.2:

Gumercindo foi contratado como auxiliar de escritório em uma indústria de calçados em 12.02.2003. O jovem empregado percebe salário de R\$ 1.000,00 por mês e trabalha 8 horas por dia. Certa ocasião, Gumercindo que é um belo e elegante rapaz, começou a flertar com sua colega de trabalho de nome Vamércia. A inocente empregada não resistiu aos encantos do colega que, com ar de conquistador e promessas de amor eterno, seduziu Vamércia, mantendo freqüentes e secretas relações sexuais com ela. Após alguns meses Vamércia engravidou de Gumercindo, todavia o rapaz alegou desconhecer o fato e disse na frente de todos os empregados da empresa que nunca teve qualquer contato com Vamércia. Desiludida, a jovem procurou uma clínica clandestina e se submeteu a um aborto (no segundo mês de gestação). Sabendo-se que Vamércia foi contratada em 07.04.2004, como auxiliar de escritório e percebe atualmente R\$ 850,00 mensais para trabalhar 6 horas por dia, pergunta-se: **a)** Vamércia pode acusar Gumercindo de assédio sexual e por consequência obter a responsabilização da empresa pleiteando uma indenização financeira? Justifique. **b)** Em virtude da gravidez e posterior aborto de Vamércia, ela terá direito a algum tipo de licença ou afastamento ao trabalho? Justifique e fundamente. **c)** Tendo em vista a desproporção remuneratória entre os colegas de trabalho acima mencionados, Vamércia poderá pedir equiparação salarial indicando Gumercindo como paradigma? Justifique e fundamente. **d)** O chefe de Vamércia, quando soube que ela estava grávida, antes da ocorrência do aborto, resolveu demiti-la imediatamente, todavia consultou antes o setor jurídico para saber se haveria algum tipo de consequência e/ou punição grave para o empregador caso fosse procedida a dispensa dela estar grávida. Qual a orientação deveria ser dada ao empregador neste caso? Justifique e fundamente.

Questão nº 2.3:

Menelau Araújo foi contratado em fevereiro de 2002 pela Ferro & Aço Indústria Metalúrgica Ltda., para trabalhar na função de vigia na filial da empresa situada na cidade de Rio Negro/PR. Em setembro/2004 o trabalhador foi dispensado sem justo motivo, recebendo parcialmente suas verbas rescisórias. Por ocasião da dispensa o obreiro estava laborando na matriz da empresa localizado no município de Mafra/SC.

Inconformado com a dispensa o trabalhador procurou um advogado para ingressar com a reclamação trabalhista. O procurador do reclamante protocolou a reclamação perante a Vara do Trabalho de Mafra/SC, pois este foi o último local em que o autor prestou serviços. O réu na audiência inicial, apresentou Exceção de Incompetência Territorial, com fundamento no artigo 651 da CLT. Na exceção apresentada em peça apartada, o excipiente pediu a remessa dos autos ao juízo competente, no caso em tela a Vara do Trabalho de São José dos Pinhais/PR. O Juízo da Vara do Trabalho de Mafra/SC acolheu a exceção e determinou a remessa dos autos para a Vara do Trabalho indicada na Exceção de Incompetência. Diante destas informações e sabendo que o autor ficou inconformado com a decisão do juízo excepcionado pergunta-se: Há algum

mecanismo processual adequado para o autor impugnar a decisão do juízo que acolheu a exceção de incompetência oportunamente argüida pelo réu em audiência? Se a resposta for positiva, qual o prazo e a medida processual a ser interposta?

Questão nº 2.4:

Sra. Lúcia Hipólito (“do lar”) procurou Vossa Senhoria em seu escritório no dia 15/09/2005 e narrou o seguinte: é casada há 30 (trinta) anos sob o regime de comunhão universal de bens com o Sr. Archimedes Santos (bancário); há cerca de 5 (cinco) anos o casal possui uma chácara de lazer, no bairro de São Braz, Curitiba/PR; seu esposo contratou, em janeiro de 2002, o Sr. João das Dores como caseiro para trabalhar na chácara, tendo havido a demissão do trabalhador em março de 2004; o Sr. João das Dores ingressou com Reclamatória Trabalhista em face do Sr. Archimedes Santos e a ação correu à revelia deste último, mas, foi o Sr. Archimedes intimado da sentença quando da sua publicação, todavia não apresentou recurso; em 12/08/2005 o Sr. Archimedes foi intimado acerca da penhora da chácara e não tomou qualquer providência. Diante desta situação a Sra. Lucia deseja contratar um advogado para tomar as medidas necessárias a partir de então (15/09/2005). Na qualidade de advogado da Sra. Lucia Hipólito, qual(is) a(s) medida(s) adequada(s) para defesa dos interesses da Sra. Lucia? Esta medida poderá afastar a penhora do bem (chácara)? Em que prazo ela deverá ser apresentada? Justifique, com fundamentação legal.